



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

18 | CADERNO 1 POLÍTICA

WhatsApp: (79) 9647-3370
E-mail: ouvidoria@cinform.com.br

CINFORM

www.cinform.com.br

ANJ

Aracaju - SE, Ano 32, Edição 1686
3 a 9 de agosto de 2015

SUBVENÇÕES

A máquina de lavagem de Lagarto

Prisão do ex-deputado Mundinho da Comase e mais duas pessoas expõem o suposto esquema de lavagem dos recursos das verbas de subvenções

Segundo MPE e PC, presidente da Ala Jovem ficava com cerca de 30% de participação, enquanto deputados abocanhavam 70% em recursos que chegam a R\$ 5 milhões

Daniel Soares
politica@cinform.com.br

■ À medida que prosseguem as investigações sobre o Escândalo das Verbas de Subvenções, maior é o assombro com as descobertas feitas sobre os mecanismos para desvio dos recursos. Quanto mais se desenrola o emaranhado por detrás das investigações, mais os esquemas se mostram organizados.

O fato mais recente nesse sentido foi a operação deflagrada pelo Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública da Polícia Civil - Deotap - na última quarta, 29, e que resultou na prisão preventiva do ex-deputado Raimundo Vieira - o Mundinho da Comase - e de mais duas pessoas: Augifranco Patrick, presidente da Ala Jovem, entidade situada no Município de Lagarto, e Ygor Henrique, irmão de Augifranco e representante da empresa MP-10.

Segundo informações do Ministério Público Estadual - MPE -, os três seriam os principais articuladores de um bem-organizado esquema para lavagem e distribuição do dinheiro das subvenções sociais da Assembleia Legislativa. A engenhosa "máquina de lavar dinheiro de Lagarto" teria conseguido desviar a gritante quantia de R\$ 5 milhões.

A LAVANDERIA

As investigações, promovidas inicialmente pela Promotoria da cidade de Lagarto, tendo à frente o promotor Belarmino Alves, mostram que o modus operandi do



Belarmino: "Em Lagarto, oito entidades estão sendo investigadas"



FOTOS DIVULGAÇÃO

Danielle: "O dinheiro era enviado para a conta de Augifranco"



suposto esquema de lavagem era muito simples. Após os deputados indicarem a Ala Jovem para as verbas de subvenções. Aí, entrava a MP-10, empresa de Ygor Francisco. Esta emitia notas fiscais frias para a comprovação de gastos com serviços não realizados.

Para se ter uma noção da importância da MP-10 no esquema, ela foi destinatária de quase 90% dos recursos enviados a Ala Jovem, segundo o MPE. Depois, os valores eram divididos: 30% retornavam para Augifranco, enquanto 70% seriam depositados em

contas-correntes indicadas por Mundinho da Comase e outros deputados.

"Isso confirma o que a gente já sabia: que essas verbas eram destinadas pelos deputados para as associações e, depois, eram devolvidas para os deputados com a ajuda dos pre-

sidentes dessas instituições", afirmou Danielle Garcia, delegada responsável pelo Deotap.

Danielle revela, ainda, que o esquema era utilizado, inclusive, por outras entidades. Já haveria comprovação de que pelo menos mais cinco associações se serviam da máquina de lavagem de Lagarto para "limpar" recursos das subvenções.

"Cinco associações tiveram movimentações de recursos com a Ala Jovem na casa dos R\$ 3 milhões. Eles enviavam o dinheiro das subvenções para a conta do Augifranco, que depositava o valor em algumas contas indicadas por Mundinho", conta.

SUSPEITAS

As desconfianças em torno do suposto esquema tiveram início pela alta movimentação na conta-corrente de Augifranco. Belarmino Alves, promotor de Lagarto, explica que ele declarava imposto de renda como professor de Lagarto. Porém, em sua conta, transitavam milhões de reais. "Isso acabou chamando a atenção, pois é uma movi-

mentação típica de lavagem de dinheiro", diz Belarmino.

O promotor explica ainda que esse é um procedimento básico para apurações iniciais nesse tipo de crime: primeiro, segue-se o dinheiro. Depois é que se encontra os responsáveis pelos desvios. Por isso, ainda há muito por se descobrir.

"Em Lagarto, oito entidades estão sendo investigadas, sendo que em seis já existem comprovações de irregularidades envolvendo recursos na casa dos R\$ 5 milhões. Quatro delas já possuem ações de improbidades em andamento", revela o promotor.

Bruno Melo, promotor do Patrimônio Público do MPE, faz coro a essa afirmação. Ele conta que será dada mais uma oportunidade para as instituições que ainda não prestaram contas. "Cerca de 60% já passaram as informações. As associações que foram notificadas e não prestaram contas estão sendo notificadas novamente para evitar um mandado de busca e apreensão", conta. A partir daí, muita coisa ainda pode ser descoberta. Afinal, quem não deve não teme. ■